

ANEXO I

Conteúdo/informação	Fundamento	Unidade responsável
Agenda da Presidência e da Diretoria-Geral	Acórdão TCU nº 1832/2018	PRES/DG
Divulgação com caráter informativo	Art. 5º, I, da Resolução CNJ nº 215/2015	ASCOM
Divulgação com caráter educativo	Art. 5º, I, da Resolução CNJ nº 215/2015	ASCOM
Divulgação com caráter de orientação social	Art. 5º, I, da Resolução CNJ nº 215/2015	ASCOM
Finalidade e objetivos institucionais	Art. 6º, I, da Resolução CNJ nº 215/2015	COPEG
Objetivos estratégicos, metas e indicadores	Art. 6º, I, da Resolução CNJ nº 215/2015	COPEG
Resultados alcançados pelo órgão Art. 6º, I, da Resolução CNJ 215/2015	Art. 6º, I, da Resolução CNJ nº 215/2015	COPEG
Registro das competências e responsabilidades do órgão	Art. 6º, II, da Resolução CNJ nº 215/2015	COPEG
Estrutura organizacional com relação hierárquica entre as unidades	Art. 6º, II, da Resolução CNJ nº 215/2015	SGP
Endereço físico	Art. 6º, II, da Resolução CNJ nº 215/2015	ASCOM
Endereço eletrônico do TRE/GO e dos cartórios eleitorais	Art. 6º, II, da Resolução CNJ nº 215/2015	ASCOM
Telefones das unidades administrativas	Art. 6º, II, da Resolução CNJ nº 215/2015	ASCOM
Horários de atendimento ao público	Art. 6º, II, da Resolução CNJ nº 215/2015	ASCOM
Dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras	Art. 6º, III, da Resolução CNJ nº 215/2015	COPEG
Levantamentos estatísticos sobre a atuação do órgão	Art. 6º, IV, da Resolução CNJ nº 215/2015 Resolução CNJ nº 76/2009	COPEG
Atos normativos expedidos pelo órgão	Art. 6º, V, da Resolução CNJ nº 215/2015	SELED
Audiências públicas realizadas	Art. 6º, VI, da Resolução CNJ nº 215/2015 Art. 9º, II, da Lei nº 12.527/2011	ASCOM
Consultas públicas ou outras formas de participação popular	Art. 9º, II, da Lei nº 12.527/2011	ASCOM
Calendário das sessões colegiadas	Art. 6º, VI, da Resolução CNJ nº 215/2015	ASTPL
Campo denominado 'Transparência'	Art. 6º, VII, da Resolução CNJ nº 215/2015	COPEG
Campo denominado 'Serviço de Informações ao Cidadão - SIC'	Art. 9º, I, da Lei nº 12.527/2011	ORE
Carta de Serviços ao Cidadão	Art. 7º da Lei nº 13.460/2017	ORE/VPCRE

Respostas a perguntas mais frequentes da sociedade (FAQ)	Art. 6º, VIII, da Resolução CNJ nº 215/2015 Art. 8º, §1º, VI, da Lei nº 12.522/2011	ORE
Acompanhamento dos procedimentos e processos administrativos instaurados	Art. 6º, IX, da Resolução CNJ nº 215/2015	SEPEX
Ferramenta de pesquisa de acesso à informação de interesse coletivo ou geral	Art. 6º, § 4º, I, da Resolução CNJ nº 215/2015	STI
Extração de relatórios em diversos formatos eletrônicos abertos	Art. 6º, § 4º, II, da Resolução CNJ nº 215/2015	STI
Acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina	Art. 6º, § 4º, III, da Resolução CNJ nº 215/2015	STI
Metadados ou dicionário de dados utilizados para a estruturação da informação	Art. 6º, § 4º, IV, da Resolução CNJ nº 215/2015	STI
Garantia de autenticidade e integridade das informações disponíveis para acesso	Art. 6º, § 4º, V, da Resolução CNJ nº 215/2015	STI
Acesso ao conteúdo para pessoas com deficiência	Art. 6º, § 4º, VIII, da Resolução CNJ nº 215/2015; Art. 8º, § 3º, VIII, da Lei nº 12.527/11; Art. 17 da Lei nº 10.098, de 19/12/2000; Art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Dec. Leg. nº 186/2008.	STI
Informações sobre a destinação dos recursos provenientes da aplicação de pena de prestação pecuniária recolhidos em conta judicial	Art. 4º da Resolução CNJ nº 154/2012	VPCRE
Liquidação da despesa e realização da receita	Art. 6º, VII, "a", da Resolução CNJ nº 215/2015 c/c a Res. CNJ nº 102/2009 - Anexo I	COFI
Dotação e execução orçamentária Art. 6º, VII, "a", da Resolução	CNJ nº 215/2015 c/c a Res. CNJ nº 102/2009 - Anexo II	COFI
Proposta orçamentária ou quadro de detalhamento da despesa	Art. 4º, I, da Resolução CNJ nº 195/2014	COFI
Lei Orçamentária ou quadro de detalhamento da despesa	Art. 4º, II, da Resolução CNJ nº 195/2014	COFI
Mapa Demonstrativo da execução orçamentária do ano anterior	Art. 9º da Resolução CNJ nº 195/2014	COFI
Registro dos repasses e transferências de recursos financeiros	Art. 8º, § 1º, II, da Lei nº 12.527/2011, Art. 8º, I, f, da IN TCU 84/2020.	COFI
Demonstrativo bimestral com os montantes aprovadas na Lei Orçamentária Anual e valores da limitação de empenho e movimentação financeira por unidade orçamentária	Lei de Diretrizes Orçamentárias (órgãos integrantes do Orçamento Geral da União e Tribunais de Justiça, se exigido pela LDO do Estado)	COFI
Relatório de Gestão Fiscal	Art. 55, §2º, da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal	COFI
Demonstrações contábeis	Art. 8, II, da IN TCU 84/2020	COFI

Mapa anual com as informações relativas a precatórios	Art. 85, §1, da Resolução CNJ 303/2019	COFI
Plano Anual de Contratações	Item 9.2.1.12.3, do Acórdão TCU nº 2.622/2015 – Plenário c/c Art. 12, Resolução CNJ 347/2020	SELCO
Execução orçamentária e financeira detalhada	Art. 8, I, g, da IN TCU 84/2020	COFI
Relação dos contratados com os respectivos valores pagos nos últimos três anos	Art. 128 da Lei nº 13.473/2017 Art. 129 da Lei nº 13.242/2015	SECNT
Instrumentos de cooperação vigentes: convênios, termos de cooperação e outros congêneres	Art. 128 da Lei nº 13.473/2017 Art. 129 da Lei nº 13.242/2015	SECNT
Solicitações de contratação desde que não tenham sido consideradas sigilosas	Acórdão TCU nº 2622/2015 – Plenário Arts. 7º, VI e 8º, §1º, IV, da Lei nº 12.527/2011; Art. 31, da Resolução CNJ 347/2020	SELCO (contratação direta) e CPL (licitações)
Atas de Registro de Preços	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015 c/c o item 9.2.1.8 Acórdão TCU nº 2.622/2015 – Plenário; Art. 31, da Resolução CNJ 347/2020	SELCO
Estudos técnicos preliminares de contratação desde que não tenham sido considerados sigilosos	Acórdão TCU nº 2622/2015 – Plenário; Art. 31, da Resolução CNJ 347/2020	CPL
Mapa comparativo de preços e informação conclusiva sobre o ‘Valor Estimado da Licitação’, desde que não tenha sido considerada sigilosa	Acórdão TCU nº 2622/2015 – Plenário; Art. 31, da Resolução CNJ 347/2020	CPL
Editais de licitação com os respectivos anexos	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015 c/c o Acórdão TCU nº 2.622/2015 – Plenário	CPL
Questionamentos apresentados entre a publicação do edital e a abertura da sessão pública	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015 c/c o Acórdão TCU nº 2.622/2015 – Plenário	CPL
Impugnações apresentadas entre a publicação do Edital e a abertura da sessão pública	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015 c/c o Acórdão TCU nº 2.622/2015 – Plenário	CPL
Nome dos vencedores das licitações	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015 c/c o Acórdão TCU nº 2.622/2015 – Plenário	CPL
Dispensa eletrônica	Lei nº 14.133/2021 c/c IN SEGES/ME nº 67/2021	CPL
Licitações realizadas e em andamento, por modalidade, com editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados e notas de empenho emitidas	Art. 8, I, h, da IN TCU 84/2020	SECNT / CPL/ SELCO
Contratos firmados	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015 c/c o Acórdão TCU nº 2.622/2015 – Plenário; Art. 31, da Resolução CNJ 347/2020	SECNT

Termos Aditivos assinados	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015 c/c o Acórdão TCU nº 2.622/2015 – Plenário; Art. 31, da Resolução CNJ 347/2020	SECNT
Projetos Básicos	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015 c/c o Acórdão TCU nº 2.622/2015 – Plenário; Art. 31, da Resolução CNJ 347/2020	SELCO (contratação direta) e CPL (licitações)
A íntegra da autorização das dispensas e inexigibilidades de licitação	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015 c/c o Acórdão TCU nº 2.622/2015 – Plenário. Lei nº 14133/2021.	SELCO
Contratos firmados em decorrência de ratificação da dispensa ou inexigibilidade de licitação	Acórdão TCU nº 2.622/2015 – Plenário; Art. 31, da Resolução CNJ 347/2020	SELCO (quando se trata de contratação firmada por nota de empenho) e SECNT (quando há termo de contrato)
Termos Aditivos dos contratos resultantes de ratificação da dispensa ou inexigibilidade de licitação	Acórdão TCU nº 2.622/2015 – Plenário; Art. 31, da Resolução CNJ 347/2020	SECNT
Íntegra dos instrumentos que substituem o contrato	Art. 62 da Lei nº 8666/1993, os arts. 91 e 95 da Lei nº 14133/2021 e Lei nº 12527/2011.	SECNT
Estrutura remuneratória - Anexo III-A da Resolução CNJ nº 102/2009	Art. 6º, VII, “c”, da Resolução CNJ nº 215/2015 Art. 3º, I, da Resolução CNJ nº 102/2009	SGP
Estrutura remuneratória - Anexo III-B da Resolução CNJ nº 102/2009	Art. 6º, VII, “c”, da Resolução CNJ nº 215/2015 Art. 3º, I, da Resolução CNJ nº 102/2009	SGP
Estrutura remuneratória - Anexo III-C da Resolução CNJ nº 102/2009	Art. 6º, VII, “c”, da Resolução CNJ nº 215/2015 Art. 3º, I, da Resolução CNJ nº 102/2009	SGP
Cargos efetivos do quadro de pessoal do órgão - Anexo IV, “a”, da Resolução CNJ nº 102/2009	Art. 6º, VII, “b”, da Resolução CNJ nº 215/2015	SGP
Cargos em comissão e funções de confiança do quadro de pessoal do órgão - Anexo IV, “b”, da Resolução CNJ nº 102/2009	Art. 7º, VII, “b”, da Resolução CNJ nº 215/2015 Art. 3º, II, da Resolução CNJ nº 102/2009	SGP
Origem funcional dos ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança - Anexo IV, “c”, da Resolução CNJ nº 102/2009	Art. 7º, VII, “b”, da Resolução CNJ nº 215/2015 Art. 3º, II, da Resolução CNJ nº 102/2009	SGP
Situação funcional dos servidores ativos do quadro de pessoal do órgão - Anexo IV, “d”, da Resolução CNJ nº 102/2009	Art. 7º, VII, “d”, da Resolução CNJ nº 215/2015 Art. 3º, III, da Resolução CNJ nº 102/2009	SGP

Magistrados não integrantes do quadro próprio em exercício no órgão - Anexo IV, "g", da Resolução CNJ nº 102/2009	Art. 7º, VII, "d", da Resolução CNJ nº 215/2015 Art. 3º, III, da Resolução CNJ nº 102/2009	SGP
Quantitativos de beneficiários e dependentes de benefícios assistenciais - Anexo IV, "h", da Resolução CNJ nº 102/2009	Art. 108 da Lei nº 13.242/2015	SGP
Membros e agentes públicos - Anexo V da Resolução CNJ nº 102/2009	Art. 3º, III, da Resolução CNJ nº 102/2009	SGP
Empregados de empresas contratadas em exercício no órgão - Anexo VI da Resolução CNJ nº 102/2009	Art. 3º, IV, da Resolução CNJ nº 102/2009	COPEG
Servidores e empregados não integrantes do quadro próprio em exercício no órgão sem FC ou CJ- Anexo VII da Resolução CNJ nº 102/2009	Art. 3º, V, da Resolução CNJ nº 102/2009	SGP
Tabela de Lotação de Pessoal (TLP)	Art. 6º, VII, "b", da Resolução CNJ nº 215/2015 c/c o art. 15, parágrafo único, da Resolução CNJ nº 219/2016	SGP
Relação de membros e servidores afastados para o exercício de funções em outros órgãos	Art. 6º, VII, "e", da Resolução CNJ nº 215/2015	SGP
Relação de membros e servidores que participam de conselhos e assemelhados externamente à instituição	Art. 6º, VII, "f", da Resolução CNJ nº 215/2015	SGP
Remuneração e Proventos de membros, servidores ativos e aposentados, pensionistas e colaboradores	Art. 6º, da Resolução CNJ nº 215/2015 c/c a Res. CNJ nº 102/2009	SGP
Informações sobre os valores repassados para o INSS e o Fundo de Previdência	Boas Práticas	SGP
Diárias e passagens concedidas por nome e cargo do favorecido, data, destino e motivo da viagem	Art. 3º, VI, da Resolução CNJ nº 102/2009	SGP
Atos de provimentos e vacância de cargos efetivos, comissionados e funções de confiança	Art. 100 da Lei nº 13.242/2015 Art. 102 da Lei nº 13.707/2018	SGP
Lista de veículos oficiais utilizados	Art. 5º da Resolução CNJ nº 83/2009	SESET
Relatório estatístico anual de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos	Art. 41, III, da Resolução CNJ nº 215/2015	ORE
Informações desclassificadas nos últimos 12 meses	Art. 41, I, da Resolução CNJ nº 215/2015	ORE
Documentos classificados em cada grau de sigilo	Art. 41, II, da Resolução CNJ nº 215/2015	ORE
Prestação de contas do ano anterior	Art. 132, III, da Lei nº 13.242/2015 e Instrução Normativa nº 84/2020	SAUD
Rol dos responsáveis pela prestação de contas	Instrução Normativa TCU nº 84/2020, art. 7º, § 4º e art. 8º, IV	SGP

Relatório anual das atividades exercidas, certificado de auditoria contendo o parecer do órgão de controle interno e pronunciamento do Presidente do Tribunal	Art. 132, III, da Lei nº 13.242/2015 e Instrução Normativa nº 84/2020	SAUD
Publicação da decisão quanto a regularidade das contas proferidas pelo órgão de controle externo	Acórdão TCU nº 2.622/2015 – Plenário	SAUD
Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP)	Resolução CNJ nº 309/2020	SAUD
Plano Anual de Auditoria (PAA) e Plano Anual de Capacitação de Auditoria (PACAud)	Resolução CNJ nº 309/2020	SAUD
SIC com entrega pessoal do pedido de acesso às informações	Art. 10 da Resolução CNJ nº 215/2015	ORE
Unidade responsável pelo SIC	Art. 10 da Resolução CNJ nº 215/2015	ORE
Endereço de localização do SIC	Art. 10 da Resolução CNJ nº 215/2015	ORE
Telefones de atendimento do SIC	Art. 10 da Resolução CNJ nº 215/2015	ORE
Horários de funcionamento do SIC	Art. 10 da Resolução CNJ nº 215/2015	ORE
Pedidos de informação de forma eletrônica (e-SIC)	Art.10 da Resolução CNJ nº 215/2015	ORE
Acompanhamento do pedido de acesso à informação	Art. 9º, I, alínea b, Art. 10, §2º, da Lei nº 12.527/2011	ORE
Acompanhamento eletrônico e remoto, automatizado, do pedido de acesso à informação	Art. 9º, I, alínea b, Art. 10, §2º, da Lei nº 12527/2011	ORE
Identificação do solicitante das informações	Art. 11, § 2º, da Resolução CNJ nº 215/2015	ORE
Pedido de informação ao SIC por correspondência	Art. 11, § 1º, da Resolução CNJ nº 215/2015	ORE
Possibilidade de o interessado optar pelo recebimento da resposta em meio físico via correspondência	Art. 11, § 1º, da Resolução CNJ nº 215/2015	ORE
Possibilidade de o interessado optar pelo recebimento da resposta em meio físico, com retirada no local	Art. 11, § 1º, da Resolução CNJ nº 215/2015	ORE
Possibilidade de o interessado optar pelo tratamento sigiloso de dados pessoais	Art. 11, § 3º, da Resolução CNJ nº 215/2015	ORE
Possibilidade de isenção dos custos das respostas por correspondência ou em meio físico dos materiais utilizados	Art. 11, § 1º, c/c o art. 16, parágrafo único, todos da Resolução CNJ nº 215/2015	ORE
Transmissão ao vivo das sessões plenárias do Tribunal	Art. 22 da Resolução CNJ nº 215/2015	ASCOM
Transmissão audiovisual ao vivo das sessões plenárias do Tribunal	Art. 22 da Resolução CNJ nº 215/2015	ASCOM
Disponibilização dos vídeos das sessões plenárias no site do Tribunal	Art. 22, § 2º, da Resolução CNJ nº 215/2015	ASCOM
Disponibilização no site do Tribunal do conteúdo das sessões plenárias em alguma outra forma: ata, transcrição em texto, áudio etc.	Art. 22, § 2º, da Resolução CNJ nº 215/2015	ASTPL

Ata das sessões plenárias do Tribunal	Art. 22, § 2º, da Resolução CNJ nº 215/2015	ASTPL
Currículo dos Magistrados que compõem o Tribunal	Boas Práticas	ASTPL
Telefones dos Magistrados que compõem o Tribunal	Boas Práticas	ASTPL
Endereço eletrônico dos Magistrados que compõem o Tribunal	Boas Práticas	ASTPL
Presença em plenário	Boas Práticas	ASTPL
Presença em comissões	Boas Práticas	SGP
Pauta das reuniões de comissões, resultados e atas	Art. 7º, V, da Lei nº 12.527/2011	Coordenador da Comissão
Pautas de julgamentos	Art. 7º, V, da Lei nº 12.527/2011	SE PUBL
Divulgação de ações, produtos e decisões nas redes sociais	Boas Práticas	ASCOM
Serviço de registro de denúncias e reclamações	Resolução CNJ nº 432/2021, art. 5º.	ORE
Serviço de acompanhamento de denúncias e reclamações	Resolução CNJ nº 432/2021, art. 5º.	ORE
Avaliação do serviço de registro de denúncias e reclamações	Resolução CNJ nº 432/2021, art. 5º.	ORE
Serviços de intérprete em linguagem brasileira de sinais em todas as manifestações públicas	Art. 10, XIII, da Resolução CNJ nº 230/2016	COPEG
Disponibilização de legendas em todas as manifestações públicas	Art. 10, XIII, da Resolução CNJ nº 230/2016	COPEG
Disponibilização de audiodescrição em todas as manifestações públicas	Art. 10, XIII, da Resolução CNJ nº 230/2016	COPEG
Disponibilização de comunicação em linguagem acessível em todas as manifestações públicas	Art. 10, XIII, da Resolução CNJ nº 230/2016	COPEG
Relação dos servidores que atuam no regime de teletrabalho com atualização semestral	Art. 5º, § 8º, da Resolução CNJ nº 227/2016	SGP
Base de dados com informações da atividade docente por magistrado com instituição de ensino, horário e disciplinas ministradas e participações em eventos, com data, tema, local e a entidade promotora	Arts. 3º e 4º-A, §1º, da Resolução CNJ nº 34/2007 c/c a Res. CNJ nº 226/2016	SGP, EJE, ORE, ASTPL
Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos	Art. 1º, caput, c/c o § 2º, do art. 1º, da Resolução CNJ nº 233/2016	VPCRE
Edital de convocação de peritos e órgãos técnicos ou científicos	Art. 2º da Resolução CNJ nº 233/2016	VPCRE

Relação dos profissionais ou órgãos cadastrados no Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos	Art. 3º da Resolução CNJ nº 233/2016	VPCRE
Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)	Resolução CNJ nº 370/2021. Boas práticas	STI
Sistema de Gestão da Segurança da Informação	Resolução CNJ nº 370/2021. Boas práticas	STI
Política de Gestão de Pessoas de TIC	Resolução CNJ nº 370/2021. Boas práticas	SGP
Plano Orçamentário de TIC	Resolução CNJ nº 370/2021. Boas práticas	STI
Plano de Contratações de Soluções de TIC vigente	Arts. 6º e 7º, da Resolução nº 182/2013. Resolução CNJ nº 370/2021.	STI
Painel com Informações relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação, que permitam a extração de dados públicos	Art. 33, inciso V, da Resolução CNJ nº 370/2021.	STI
Plano de Logística Sustentável do (PLS)	Resolução CNJ nº 201/2015 Boas práticas	COPEG
Planos de Ação do PLS	Resolução CNJ nº 201/2015 Boas práticas	COPEG
Relatórios anuais de desempenho do PLS	Resolução CNJ nº 201/2015 Boas práticas	COPEG
Ato de designação da Comissão Gestora do PLS	Resolução CNJ nº 201/2015 Boas práticas	COPEG
Atuação e Produtividade dos Magistrados		ASTPL COPEG
Frequência em Sessões Plenárias (relatórios mensais de 2019)		ASTPL
Atuação e produtividade dos Magistrados de 1º grau		COPEG
Atuação e produtividade dos Magistrados de 2º grau		COPEG
Audiências e Consultas Públicas		ORE ASCOM
Estatística Processual		COPEG
Gestão Estratégica		COPEG
Gestão de Contratações		SAO

Gestão Documental		SEBAM CGI CPAD
Gestão Patrimonial		SAO
Gestão Orçamentária, Financeira e Fiscal		SAO
Governança e Gestão de Pessoas		SGP
Governança e Gestão de TIC		STI
Governança Institucional		AAGGE
Relatórios de Gestão		SAUD
Serviço de Informação ao Cidadão		ORE